

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO INOVAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DO TURISMO EM ESPAÇOS RURAIS

Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro
Mestranda em Turismo pelo PPMTUR- IFS
E-mail: pinhorafaelly@gmail.com

RESUMO

Os modelos tradicionais de desenvolvimento e gestão do turismo vem se mostrando cada vez mais insuficientes na resolução dos problemas sociais, econômicos e ambientais das localidades. Atualmente, o desenvolvimento local vem demandando ações e planos que tenham como base as necessidades e características locais. Neste contexto, o TBC surge como uma alternativa de gestão do turismo em comunidades que tenham um potencial e vontade de desenvolver o turismo. Este trabalho de revisão bibliográfica tem como objetivo entender como o TBC se enquadra como uma inovação social no âmbito do turismo, apresentando-se como uma nova alternativa na gestão do turismo em territórios quilombolas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento local. Turismo. Inovação social.

COMMUNITY BASED TOURISM AS A SOCIAL INNOVATION IN THE MANAGEMENT OF TOURISM IN RURAL AREAS

Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro
Mestranda em Turismo pelo PPMTUR- IFS
E-mail: pinhorafaelly@gmail.com

ABSTRACT

Traditional models of tourism development and management have been increasingly inadequate in solving the social, economic and environmental problems of localities. Currently, the local development has demanded actions and plans that are based on local needs and characteristics. In this context, TBC emerges as an alternative of tourism management in communities that have the potential and will to develop tourism. This bibliographic review aims to understand how TBC is a social innovation in tourism, presenting itself as a new alternative in the management of tourism in quilombola territories.

Key Words: Local development. Tourism. Social innovation.

A inovação social (IS) é um processo que visa o levantamento de novas abordagens, produtos ou serviços para a resolução de problemas ou demandas sociais até então não atendidas pelas vias tradicionais. Assim, a IS quebra paradigmas e apresenta novas alternativas frente aos modelos hegemônicos de produção e reprodução socioespaciais.

No âmbito do turismo, a inovação é um tema que está atrelado tanto à competitividade entre os destinos, como também na resolução dos gargalos da gestão pública e privada do setor do turismo. Neste ínterim, o Turismo de Base Comunitária (TBC) apresenta-se como uma inovação social que atende às necessidades do desenvolvimento local.

Assim, o TBC configura-se como uma nova abordagem do planejamento do turismo que dá às comunidades locais uma nova alternativa de se inserir no processo de turistificação de seus espaços, adotando um papel ativo e decisivo.

O presente trabalho trata-se de um artigo de revisão bibliográfica que teve como objetivo fazer uma discussão teórica sobre o TBC como inovação social para a gestão do turismo em territórios quilombolas. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica como principal técnica de pesquisa, pela qual foi possível entender os conceitos e princípios de inovação social e Turismo de Base Comunitária, aplicando tais princípios na gestão do turismo local.

Optou-se pela abordagem territorial do Turismo de Base Comunitária como inovação social na gestão para o desenvolvimento local. O trabalho encontra-se estruturado em três partes e uma conclusão, a primeira parte traz uma discussão sobre a necessidade de novas maneiras de desenvolver o turismo nas localidades, a segunda parte analisa o TBC como uma inovação social, já a terceira parte traz uma análise teórica sobre a importância do planejamento participativo no desenvolvimento do TBC como inovação social e uma das alternativas de desenvolvimento local de comunidades rurais.

Ao final da pesquisa, foi possível entender que a implantação do TBC num dado território, deve analisar a viabilidade econômica, social e ambiental do projeto, levando-se em consideração as características locais do território e do meio em que o mesmo encontra-se inserido. É imprescindível identificar quais são os agentes, as oportunidades e as ameaças que interferem no sucesso do projeto, o que é possível através de um diagnóstico participativo. Também é necessário conhecimento profundo e uma maior difusão sobre as metodologias de planejamento aplicáveis ao TBC.

Do turismo de massa ao TBC

Como um fenômeno moderno, marco da globalização, o turismo teve sua eclosão no século XX, impulsionado pela intensificação do capitalismo industrial na América Latina e na Europa Ocidental (RODRIGUES, 2002). Concebido como a indústria sem chaminés (PINTO; MOESCH, 2005), tradicionalmente, o turismo foi desenvolvido como um setor econômico que gerava diversos benefícios econômicos aos destinos turísticos (MARULO, 2012) que, sob a lógica de reprodução do capital, se consolidavam com base no turismo de massa ou convencional.

Maurer (2011), analisando o processo de globalização e da integração cultural, política, social e econômica parcial das nações, enfatizou que esses processos geraram um ambiente global de rápidas e constantes mudanças e altamente competitivo e excludente. O processo de globalização fez com que o conteúdo da ciência, técnica e informação diferenciasses os espaços entre si, imprimindo novas desigualdades regionais ou intensificando as já existentes (RODRIGUES, 2002). Assim, como um dos marcos da globalização, o turismo de massa se consolidou como um mercado altamente competitivo e excludente, onde somente os destinos com maior desenvolvimento conseguiam se inserir, captando grande parte dos fluxos do turismo mundial (Idem).

Até a década de 1980, quando a questão do turismo sustentável foi levada a sério (SWARBROOKE, 2000), os destinos do turismo de massa, concebidos na lógica da produção intensa, passaram a atrair um grande fluxo de visitantes sem considerar os diversos impactos negativos de âmbitos sociais, econômicos e ecológicos que poderiam ser gerados pela intensificação da atividade (URRY, 1999).

Os impactos negativos do turismo nos destinos são os mais diversos, tais como a superlotação da cidade e os consequentes transtornos na distribuição de água e energia, as mudanças no uso do solo, o aumento na geração de resíduos, (SUTAWA, 2012), a especulação imobiliária, a expulsão de comunidades tradicionais de suas terras (CORIOLANO; BARBOSA; SAMPAIO, 2010), a exploração sexual de crianças e adolescentes (SILVA; ÁVILA, 2010), o aumento do custo de vida local, a perda de identidade e a degradação do meio ambiente natural (FERREIRA, 2005). Esses impactos “são ainda mais deletérios nas localidades mais pobres onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa de melhoria das condições

sociais, mas se transforma em fator de agravamento da situação social” (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 362).

Zaoual (2009) analisou que o turismo de massa, pautado no modelo de produção intensa, além de se demonstrar cada vez mais insustentável e excludente, privilegiando o lucro imediato e de grande escala, acaba por não respeitar as peculiaridades locais, impedindo o diálogo entre as culturas, fazendo do encontro com o outro um simulacro e tratando o patrimônio natural e cultural como produtos turísticos a serem adequados e comercializados de acordo com as necessidades de consumo.

Atualmente, órgãos oficiais e instituições de pesquisa têm demonstrado cada vez mais preocupação em relação aos significativos impactos gerados pelo turismo de massa nos destinos turísticos (BARTOLHO JR et. al., 2011). Na Itália, diversos destinos de férias estão tentando reduzir o fluxo turístico em busca do equilíbrio e da sustentabilidade, em 2011, a ONG Nostra Itália denunciou o turismo de massa como uma das ameaças ao patrimônio de Veneza (DANI, 2011) e, desde 2016, o governo local vem estudando métodos para a redução do fluxo e a melhoria da qualidade da experiência turística no destino (EDWARDS, 2016).

Desencadeado pela dinâmica competitiva da globalização e da expansão capitalista mundial, o cenário de exclusão e pobreza levou à necessidade de novos modelos de gestão do turismo baseados na sustentabilidade e na inclusão dos territórios que estão à margem do processo de desenvolvimento social, econômico e tecnológico (GOMÉZ et. al., 2015; ZAOUAL, 2009; MALDONATO, 2009; LIMA, 2011). Essas novas concepções buscam o desenvolvimento do turismo a partir da promoção da inclusão social, preservação ecológica, melhoria da qualidade de vida e a participação da comunidade local a partir do seu empoderamento na tomada de decisões.

Gómez et. al., (2015) classificaram as tendências de planejamento em *top-down* e *bottom-up*. *Top-down* é quando as estratégias são centradas nas demandas do mercado, visualizando o aumento da competitividade das regiões através da produção em grande escala (GOMÉZ et al., 2015). Já a tendência *bottom-up*, visa a (re) estruturação econômica através da tomada de decisão de forma coletiva, numa lógica integrada de desenvolvimento que busca resolver, através de ações coordenadas por diversos agentes, os problemas coletivos (GOMÉZ et al., 2015).

Para atender as necessidades atuais, cada vez mais o planejamento turístico, vem deixando a tendência *top-down* do desenvolvimento regional e adotando a tendência *bottom-up* (SILVA; COSTA; CARVALHO, 2013). Aliadas a essa necessidade, o crescimento de uma demanda turística cada vez mais exigente, variável e variada, a crescente conscientização ambiental e social dos indivíduos e a necessidade do protagonismo dos agentes locais na gestão do turismo em seus territórios, são tendências que levaram o turismo de massa ao declínio (ZAOUAL, 2009).

Deste modo, o turismo convencional, fruto de modelo de desenvolvimento baseado na tomada de decisões centradas num poder externo e distante da realidade do território, começa a dar espaço para novas formas de turismo, dentre eles, o Turismo de Base Comunitária (GÓMES et. al., 2015; LIMA, 2011; IRVING, 2009). Mielke; Pegas (2013), relacionaram o surgimento de novas metodologias de trabalho na área do turismo, com o contexto econômico da década de 80, ressaltando que, desde que o turismo começou a ser usado estrategicamente como uma ferramenta para reduzir a pobreza, dois processos foram iniciados quase simultaneamente: Ecoturismo e o TBC. Para esses autores o TBC não é um segmento, mas sim uma metodologia de trabalho.

TBC como inovação social na gestão do turismo

De acordo com Gómez et. al. (2015, p. 1218), o TBC surgiu como um contraponto ao turismo de massa, trazendo “como principal proposta ser um turismo de pequena escala, que preserve a originalidade do local, da cultura, da gastronomia, e do modo de vida do destino/roteiro turístico, permitindo uma maior convivencialidade entre hóspedes e anfitriões”. Para Bursztyn; Bartholo; Delamaro (2009, p. 86), com enfoque no desenvolvimento local, o TBC “é uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora”.

Já para Maldonato (2009, p. 31) o turismo comunitário pode ser entendido como:

toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

Silva, Ramiro, Teixeira (2009, p. 362, grifo nosso), em estudo sobre o fomento do TBC no Brasil, destacaram o turismo de base comunitária como um

tipo de organização e oferta do produto turístico [que] possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

De acordo com Bartolho Jr. et. al. (2011), embora exista um surgimento significativo de atividades turísticas do tipo TBC em diversas comunidades, e até mesmo uma similaridade em relação aos princípios antropológicos, sociológicos, econômicos, políticos, históricos, psicológicos e ambientais, não existe um conceito amplamente aceito de TBC entre instituições promotoras e publicações acadêmicas.

Os mesmos autores destacaram o TBC como uma oportunidade de desenvolvimento do turismo no Brasil com princípios que aliam a conservação ambiental e a valorização cultural do patrimônio das comunidades, promovendo a diversificação do produto turístico nacional, bem como a dinamização do turismo doméstico local e regional, aumentando também a permanência dos turistas estrangeiros no país.

Irving (2009), afirmou que o TBC não pode ser visto de maneira simplista como um grupo social desfavorecido que recebe visitantes atraídos pelo exotismo como uma oportunidade de renda e melhoria social, mas como uma oportunidade de experiência compartilhada, um encontro de saberes onde “são renovados laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento” (IRVING, 2009, p. 111).

Irving (2009) ainda identificou seis premissas do TBC, que são: a base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; a participação e o protagonismo social no planejamento, a implementação e avaliação de projetos turísticos; a escala limitada e os impactos sociais e ambientais controlados, a geração de benefícios diretos à população local; a afirmação cultural e intercultural; e o encontro como condição essencial.

Assim, dentre os modelos de planejamento de turismo voltados ao desenvolvimento local, o TBC surge como uma nova possibilidade de gestão com foco na autonomia e empoderamento da comunidade local diante do modelo hegemônico de desenvolvimento turístico que desconsidera os desejos e necessidades das comunidades receptoras (MENDONÇA, 2009).

O conceito de IS surgiu nos anos de 1960, sendo desenvolvido até os anos de 1980 sob o domínio da aprendizagem e do emprego. A partir dos anos 80, o conceito de IS passa a ser incorporado ao campo das políticas públicas sociais e do ordenamento territorial, posteriormente também são incorporados os temas da competitividade das empresas e dos territórios (ANDRÉ, ABREU, 2006; DIOGO, 2010).

O *Center for research on social innovations* (CRISES) é um dos Centros de pesquisa que mais se destacam nos estudos sobre inovação social. Para o CRISES, a IS pode ser entendida como:

Nuevos arreglos sociales, organizacionales e institucionales o nuevos productos o servicios creados con una finalidad social explícita, surgidos como consecuencia de acciones voluntarias o involuntarias iniciadas sea por una persona o por un grupo de personas, para responder a una aspiración, satisfacer una necesidad, solucionar un problema o aprovechar una ocasión con el fin de modificar relaciones sociales, transformar marcos de acción o plantear nuevas orientaciones culturales. Al ser adoptadas y difundidas, las innovaciones sociales iniciadas de esta manera pueden conducir a transformaciones sociales.¹²

Na concepção de André; Abreu (2006, p. 124), a IS foi considerada como:

uma resposta nova, socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por vias de mercado; (ii) promoção da inclusão social e; (iii) capacitação de agentes ou actores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão, marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder.

Para Diogo (2010, p. 7), “a inovação social é a proposta de uma via efetiva para a resolução de problemas sociais, no sentido de melhorar o bem-estar social e assim promover o desenvolvimento”. De acordo com Maurer (2011, p. 17), “as inovações sociais são entendidas como soluções inovadoras para os problemas ou para as necessidades sociais de determinado grupo ou sociedade”. A IS “é uma resposta para uma situação social considerada insatisfatória, podendo esta ocorrer em qualquer setor da sociedade” (Idem, p. 35).

¹ CRISES. **Presentación**. Disponível em <<http://crises.uqam.ca/presentation-es>>. Acesso em 03 de setembro de 2016.

² “Novos arranjos sociais, organizacionais e institucionais ou novos produtos ou serviços criados com uma finalidade social explícita, surgidos como uma consequência de ações voluntárias ou involuntárias iniciadas seja por uma pessoa ou por um grupo de pessoas para responder à uma aspiração, satisfazer uma necessidade, solucionar um problema, ou aproveitar uma ocasião com o fim de modificar relações sociais, transformar quadros de ação ou propor novas orientações culturais. Ao ser adaptadas e difundidas, as inovações sociais iniciadas dessa maneira podem conduzir à transformação social”.

Antes de aprofundar a discussão sobre a IS no âmbito do turismo, em especial na abordagem do TBC como Inovação Social, vale ressaltar os quatro eixos da IS abordados pelo CRISES, que são os seguintes: políticas e práticas sociais; território e coletividades locais; empreendimentos coletivos e; trabalho e emprego. Para o recorte teórico e metodológico deste trabalho, o eixo adotado será o de “Território e coletividades” seguindo uma abordagem territorial do Turismo de Base Comunitária como inovação na gestão de Territórios para a promoção do desenvolvimento local.

No âmbito da gestão do turismo, a inovação social está presente através da adoção de estratégias baseadas no *bottom-up*, onde o levantamento de soluções é feito a nível local, sanando problemáticas que até então o modelo de gestão vigente não conseguiu sanar. A IS não pode ser confundida com uma mera participação pública, uma vez que a inovação é uma ação comunitária, com base territorial, inclusão social, empoderamento e atendimento às necessidades locais (OLIVEIRA, 2015). A Figura 2 retrata a esquematização dos atributos pertinentes à inovação social.

FIGURA 2 - ATRIBUTOS DO PROCESSO DE INOVAÇÃO SOCIAL



Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Sobre o TBC como inovação social, dois estudos embasam essa discussão teórica, a tese de doutorado de Lima (2011) e o trabalho de Gómez et al. (2015). Os trabalhos analisaram as congruências entre os princípios da Inovação Social e os princípios do Turismo de Base Comunitária, deixando claro o caráter inovador do TBC na gestão e desenvolvimento territorial.

Para Lima (2011), o reconhecimento do TCB como uma Inovação Social provoca a necessidade de compreender a complexidade dos processos que objetivam o enriquecimento social das comunidades. Deste modo, pensar o TBC como inovação social implica na compreensão dos processos de empoderamento, relações de poder, aprendizagem coletiva, planejamento participativo e democrático, identidade, inclusão social, desenvolvimento local e endógeno, solidariedade, cooperação, pertencimento, dentre outros processos alternativos que são pertinentes na resolução dos problemas sociais coletivos (LIMA, 2011).

TBC como inovação social na gestão do turismo em espaços rurais

O TBC, além de fazer o contraponto ao turismo de massa convencional (ruptura com os processos tradicionais), se apresenta como um modelo de desenvolvimento que está centrado nos recursos e nas decisões dos agentes locais (*bottom-up* – gestão e controle democráticos), sendo a comunidade o agente principal na produção do espaço turístico (empoderamento e promoção da inclusão social) através da adoção de métodos participativos de planejamento territorial (aprendizagem coletiva) que buscam a solução de problemas locais de ordem econômica, social, ambiental, político e/ou cultural por meio da cooperação (caráter coletivo), sendo a comunidade os protagonistas no planejamento e controle do turismo (GOMÉS, 2015).

Ainda de acordo com Gómez et. al. (2015, p. 1218)

O modelo alternativo ao eixo convencional do turismo chama a atenção devido ao seu potencial no que tange a sobrevivência e redução da pobreza de muitas comunidades como aldeias de índios, pescadores, agricultores rurais e centros comunitários localizados em favelas.

Sobre a condição atual dos espaços rurais, Souza (2008, p. 3) ressaltou que:

As fronteiras estão se tornando cada vez mais nebulosas, permitindo o surgimento de uma nova racionalidade, em especial a questão das múltiplas funcionalidades do rural onde a sua imagem tem sido, com frequência, associada a um novo mercado de bens simbólicos e estéticos, evidenciando-se a re-inserção de segmentos da população rural em novas atividades.

Não cabe aqui uma discussão sobre o que seja o espaço rural e o imaginário que a palavra “rural” faz surgir no pensamento, mas sim, uma discussão sobre a multifuncionalidade do rural acompanhada de uma discussão preliminar sobre o que é o “novo rural”. O novo rural, resumindo as palavras de Graziano da Silva (1997), é o fruto das transformações tecnológicas

e sociais de ordem global que influenciaram as diversas mudanças no meio rural que tem levado a uma nova configuração social, econômica, política e ambiental desses espaços, entre estas mudanças está a pluriatividade ou multifuncionalidade do espaço rural.

A multifuncionalidade do espaço rural pode ser entendida como a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas, tais como indústria, lazer, turismo, moradia, conservação da natureza e prestação de serviços (FROEHLICH et. al., 2004; GRAZIANO DA SILVA, 1997). Assim, o espaço rural agrega novas funções sociais, culturais e ambientais às já existentes, agregando novos tipos de ocupação. Nesse novo espaço rural surge também um novo ator social, o agricultor pluriativo (FROEHLICH, et al., 2004), que já não é mais aquele que se dedica exclusivamente às atividades agrícolas, mas também a outras atividades não agrícolas dentro ou fora da propriedade (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Maldonato (2009), em pesquisa sobre o Turismo Rural Comunitário, concluiu que a sua origem se deu por quatro fatores: as pressões mundiais do mercado turístico direcionadas ao uso da cultura e da natureza como produtos turísticos; as necessidades de diversificação econômica e de geração de trabalho no espaço rural; a relevância do papel das micro e pequenas empresas no desenvolvimento local e na diversificação da oferta turística; e as estratégias dos movimentos rurais para a preservação da cultura e do patrimônio local através do uso sustentável desses recursos.

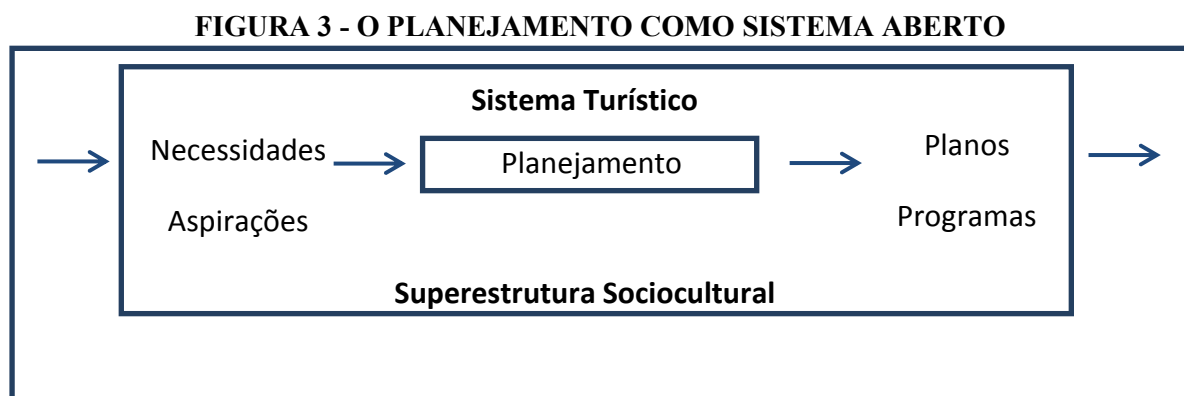
Esses fatores foram e são decisivos no despertar das comunidades rurais para buscar no turismo uma fonte alternativa de renda frente às realidades e problemáticas encontradas no espaço rural, sendo o turismo uma atividade não-agrícola que, se bem gerido pode contribuir para a revitalização da economia rural através da geração de novas fontes de renda e trabalho aliado à valorização do patrimônio natural e cultural local (MALDONATO, 2009).

No entanto, o processo de apropriação dos espaços pelo turismo demanda diversos instrumentos de gestão que visem minimizar os impactos negativos gerados e, ao mesmo tempo, maximizar seus impactos positivos através do adequado uso dos recursos disponíveis. O planejamento turístico pode ser entendido “como um instrumento eficaz para racionalizar a criatividade, bem como para organizar relações dinâmicas e equilibradas entre o ambiente natural, a tecnologia, os grupos humanos e os indivíduos” (MOLINA, 2005, p. 23).

Para Simmons (1994), todas as escalas de planejamento são importantes para o turismo – internacional, nacional, regional e local – no entanto, o planejamento a nível local é vital para qualquer região que deseja garantir, ao mesmo tempo, a oferta de experiências turísticas satisfatórias aos seus visitantes e os benefícios para as comunidades nas áreas de destino.

Visto como um sistema aberto, o planejamento não é algo para ser utilizado de forma isolada, mas deve estar de acordo com os valores, necessidades e expectativas de todos os grupos sociais envolvidos, incluindo a comunidade local (MOLINA, 2005). Deste modo, o processo de planejamento se baseia no consenso entre todos os envolvidos, “todos planejam, todos são especialistas” (MOLINA, 2005, p. 43).

A Figura 3 mostra como se dá o processo de planejamento turístico a partir da visão do planejamento como um sistema aberto.



Fonte: Adaptado de Molina, 2005, p. 42.

Na abordagem de Molina (2005), o planejamento está a serviço de determinados valores e propósitos. Estes valores e propósitos são representados pelas demandas sociais turísticas, que por sua vez, estão relacionadas às necessidades e aspirações dos agentes turísticos. Os agentes turísticos podem ser compreendidos em cinco: empresas; comunidade local; turistas e visitantes; instituições do setor público; e as instituições de ensino e pesquisa (MOLINA, 2005).

Um dos fenômenos que se manifestam no processo de apropriação do espaço pelo turismo é o “pouco ou nenhum conhecimento das expectativas e aspirações dos grupos locais situados no âmbito territorial em que surge o turismo” (MOLINA, 2005, p. 19). Simmons (1994) e Molina (2005) destacaram uma tendência do planejamento que é a sua descentralização.

Descentralizar o planejamento é torná-lo mais compatível com as realidades locais a partir da ampliação das instâncias de tomada de decisão, o que é possível através do planejamento participativo, onde as aspirações e necessidades de todos sejam entendidas e atendidas (SIMMONS, 1994; MOLINA, 2005). O planejamento descentralizado, assim, é um “instrumento para satisfazer as exigências dos turistas, dos integrantes das comunidades locais e das empresas em geral” (MOLINA, 2005, p. 18).

Simmons (1994), em seu trabalho “*Community participation in tourism planning*”, analisa a inserção da comunidade local no planejamento como uma tendência que vem sendo incorporada pelos planejadores do turismo. Assim,

Entre os recursos turísticos, os moradores locais estão sendo vistos cada vez mais como núcleos do produto turístico. Também são reconhecidos que os impactos positivos e negativos do turismo são mais evidentes no âmbito local. Em resposta, os planejadores do turismo destacam a necessidade de descentralizar o planejamento turístico e integrá-lo aos objetivos gerais da comunidade (Idem, p. 98).

O TCB, como uma inovação social, para ser implantado numa localidade, necessita da participação da comunidade, uma vez que a mesma deve se mostrar aberta ao ambiente externo (turistas, intermediários, financiadores, instituições de pesquisa), que se permita correr os riscos de forma consciente e planejada (os riscos que envolvem a atividade turística, como os impactos negativos), e que esteja disposta a participarem como agentes sociais protagonistas do desenvolvimento turístico do seu território (DIOGO, 2010).

Sobre a participação dos agentes locais, André; Abreu (2006, p. 133) destacaram que essa

Participação activa implica ter a possibilidade e capacidade de decisão, ou seja, ter acesso à informação e ao conhecimento necessários à escolha e à identificação de soluções-respostas adequadas, ser socialmente reconhecida a decisão e ser exigida a responsabilidade de quem decide.

A participação ativa exige conhecimento por parte da comunidade local, deste modo, a equipe que está à frente de uma proposta de TBC para um dado local deve ter a sensibilidade e responsabilidade de trazer para a comunidade as informações e conhecimentos necessários sobre o TBC e sobre o turismo, com a finalidade de fazer com que a comunidade possa saber realmente do que se trata essa alternativa de desenvolvimento, seus possíveis impactos e os riscos (SIMMONS, 1994; MALDONATO, 2009).

A comunidade local só pode participar efetivamente se a mesma dispuser do conhecimento necessário para tomar decisões adequadas, e suas decisões devem ser reconhecidas

(SIMMONS, 1994; FURTADO; FURTADO, 2000). A participação não se trata de uma mera consulta pública, mas de um processo de construção em que a comunidade é a protagonista, principal afetada com o desenvolvimento do turismo e grande detentora dos conhecimentos e saberes locais (SIMMONS, 1994; FURTADO; FURTADO, 2000).

No entanto, para que o planejamento participativo seja eficaz e eficiente, é necessária a escolha de métodos adequados à realidade local (meio ambiente natural, sociocultural, econômico e político), ao estágio de desenvolvimento do turismo, bem como ao resultado esperado com a participação (número de pessoas, tipos de dados, importância das discussões a serem alcançados) (SIMMONS, 1994). Deste modo, a participação

envolve a criação de oportunidades concretas para as pessoas tomarem iniciativas, terem voz nas decisões relativas ao desenvolvimento, melhorar em seu acesso aos meios de produção, incluindo a produção de conhecimento, e tomarem parte concreta dos benefícios do desenvolvimento. (FURTADO; FURTADO, 2010, p. 61)

Partindo da ideia de que “planejar bem o espaço é descobrir sem erro como é a realidade (nossa realidade, não outra), e ser capaz de imaginar aquilo que devemos agregar-lhes, para que, sem que se perca seus atributos, adapte-se a nossas realidades” (BOULLÓN, 2002, p. 8), infere-se que o planejamento turístico deve ser concebido de forma sistêmica (BENI, 1998; BOULLÓN, 2002; MOLINA, 2005; MIELKE, 2009), uma vez que a realidade local é melhor descoberta, percebida e analisada de forma holística e organizada, sendo elaborado de forma participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às demandas atuais de desenvolvimento local, o turismo tem sido visto, muitas vezes, como uma atividade que agrega valor ao patrimônio material e imaterial das comunidades, seja este a atividade principal ou secundária. No entanto, o processo de apropriação dos espaços pelo turismo demanda diversos instrumentos de gestão que visem minimizar os impactos negativos gerados e, ao mesmo tempo, maximizar seus impactos positivos.

Arelada aos impactos gerados pela atividade, está a abordagem do turismo sustentável que, de tão difundida, já se tornou corriqueira e usual nos planos de gestão, embora a prática muitas vezes não seja efetivada. O TBC surge como uma nova abordagem, um novo modelo

de gestão do turismo que, com base no desenvolvimento endógeno e em outras abordagens inovadoras do desenvolvimento local, apresenta-se como uma inovação social no âmbito do turismo.

Diante na necessidade das melhorias de condição de vida e de produção e reprodução das comunidades locais com vocação turística, o TBC apresenta-se como uma alternativa mais justa e humanizada de desenvolvimento turístico. Dentre as comunidades que podem optar por essa abordagem de planejamento, tem-se as comunidades rurais que, apresentando potencial turístico e vontade coletiva de desenvolver a atividade, pode optar pelo TBC como um modelo de gestão do turismo.

Embora o TBC, assim como outras inovações sociais, pareça ser a solução para todos os problemas sociais, econômicos e ambientais atuais ou futuros de uma comunidade, é importante o conhecimento profundo sobre esse modelo de turismo e sobre os instrumentos metodológicos adequados a essa abordagem. Assim, é importante que os responsáveis pela implantação de projetos de TBC tenham um conhecimento sólido e profundo sobre esse modelo, bem como sobre o destino e o meio externo no qual o projeto será implantado.

Assim, é importante o constante aprofundamento sobre o TBC a fim de elaborar, testar e propagar metodologias e instrumentos de gestão para o desenvolvimento local, tendo em vista a necessidade de uma ampla discussão sobre os temas que envolvem essa nova abordagem.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, vol. XLI, n. 81, p. 121-141, 2006.

BARTOLHO JR., Roberto dos Santos; CAMPOS, Arminda; BURSZTYN, Ivan; EGREJAS, Marisa; LIMA, Robson Pereira. **Relatório técnico-científico**: Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária. Rio de Janeiro: UFRJ/Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, 2011. 28 p. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Marco%20referencial%20-%20TBC.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLLO, Roberto; DELAMARO, Mauricio. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; BARBOSA, Luciana Maciel; SAMPAIO, Camila Freire. Veraneio, turismo e especulação imobiliária no Porto das Dunas – litoral cearense. **Aporte y Transferencias. Tiempo libre, Turismo y Recreación**, Mar Del Plata, vol. 1, ano 14, p. 43-58, 2010.

DANI, Ana Carolina. ONG alerta que turismo de massa ameaça Veneza. **FRI**, Paris, julho de 2011. Seção Europa. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/europa/20110714-ong-alerta-que-turismo-de-massa-ameaca-veneza>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

DIOGO, Vera. **Dinâmicas de inovação social e suas implicações no desenvolvimento espacial: três iniciativas do terceiro setor no Norte de Portugal**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em riscos, cidades e ordenamento do território 2009/2010, Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2010.

EDWARDS, Lorenzo. Italian holiday destinations want to cut down on tourism. **The Italian Insider**, Roma, Itália, jul. 2016. Seção Italy. Disponível em: <<http://www.italianinsider.it/?q=node/4071>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FERREIRA, Sidney Geraldo. **Os impactos do Turismo nas pequenas cidades: um estudo em Itaipicera – MG**. 2005. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

FGV. **Sobre o Observatório de Inovação do Turismo**. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/pages/view/sobre_oit>. Acesso em: 04 set. 2016.

FROEHLICH, José Marcos; CHIEZA, Emerson Dalla; DULLIUS, Paulo Roberto; PIETRZACKA, Rogério; SLUZSS Thaisy. Multifuncionalidade do espaço rural na região central do Rio Grande do Sul: análise exploratória. In: CONGRESSO DA SOBER, 42, 2004. Cuiabá, Mato Grosso. **Anais**. Cuiabá: Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2004. p. 1-13.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. **A intervenção Participativa dos Atores – INPA:** uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GÓMEZ, Carla Regina Pasa; FALCÃO, Mariana Cavalcanti; CASTILLO, Leonardo Augusto Gómez; CORREIA, Suzanne Nobrega; OLIVEIRA, Verônica Macário de. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Pasos:** Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 13, n. 5, p. 1213-1227, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, vol. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

LIMA, Robson Pereira de. **Turismo de Base Comunitária como Inovação Social.** 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação Em Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MALDONATO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MARULO, Artur Manuel. **Turismo e meio ambiente:** uma análise do ecoturismo e sua contribuição sócio-ambiental no distrito matutuine: caso da reserva especial de Maputo – Moçambique. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Turismo, Natal, 2012.

MAURER, Angela Maria. **As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários no setor de artesanato gaúcho.** 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.

- MIELKE, Eduardo Jorge Costa. **Desenvolvimento Turístico de Base comunitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, abr. 2013.
- MOLINA, Sérgio. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- OLIVEIRA, Allain Wilham Silva de. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e inovação social no Alto Jequitinhonha – MG**. 2015. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia da “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente – MG, 2015.
- PINTO, Débora Beron; MOESCH, Marutschka Martini. Práticas turísticas fundando novas teorias – o caso da Linha Turismo em Porto Alegre. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO NO MERCOSUL, 2, 2005, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: UCS, 2005. p. 1-8.
- RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri. Introdução. In RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri (Org.). **Turismo; Modernidade; Globalização**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para a administração da atividade no país. In: SEMINÁRIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 10, 2013, Resende, Rio de Janeiro. **Anais**. Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2013. p. 1-10.
- SILVA, Katia T. P.; RAMIRO, Rodrigo C.; TEIXEIRA, Ramiro S. Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-368.
- SILVA, Tatiana Amaral; ÁVILA, Marco Aurélio. Turismo Sexual e exploração sexual infantil: uma análise da atuação do programa sentinela em Ilhéus. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vol. 8, n. 1, p. 185-193, 2010
- SIMMONS, David G. Community participation in tourism planning. **Tourism Management**, v. 15, n. 2, p. 98-108, 1994.

SOUZA, Marcelino de. A introdução de uma inovação social entre agricultores familiares: o turismo rural em dois roteiros do estado do Rio Grande do Sul. In: COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS: cultura, inovação e território, 1, 2008, Coimbra, Portugal. **Anais**, Coimbra, 2008, p. 1-13.

SUTAWA, GustiKade. Issues on Bali Tourism Development and Community Empowerment to Support Sustainable Tourism Development. **Procedia Economics and Finance**, Bandung, Indonésia, v.4, p.413-422, 2012.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**, vol. 1. Tradução de Margarete Dias Pulino. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

URRY, John. **O olhar do turista: Lazer e viagem nas sociedades contemporâneas**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2. ed. São Paulo: Stúdio Nóbél: Senac, 1999. (Coleção megalópoles)

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.

Recebido em 16/10/17.

Aprovado em 09/12/17.